

RESOLVE:
Art. 1º Tornar pública a relação dos servidores em estágio probatório e seus respectivos membros relatores, conforme segue:

Relator	RFVC	
Elaine Martins da Silva Fernandes	727.439-4/1	
Servidor Ingressante	RFVC	Data de Ingresso
Gabriela Piermkarz	825.329-3/2	14/07/2017
Relator	RFVC	
Natanael de Souza Gama	751.369-1/1	
Servidor Ingressante	RFVC	Data de Ingresso
Iran Souza Santos	842.250-8/1	25/08/2017
Relator	RFVC	
Kátia Medeiros	692.375-5/1	
Servidor Ingressante	RFVC	Data de Ingresso
Ana Clara de Oliveira Cruz	846.452-9/1	15/12/2017
Relator	RFVC	
Marilza Francisca da Costa Ferrari	602.426-2/2	
Servidor Ingressante	RFVC	Data de Ingresso
Eduardo Barbosa	847.020-1/1	11/01/2018

Art. 2º Os critérios e parâmetros a serem utilizados para a Avaliação Especial de Desempenho (AED) deverão estar em conformidade com o Anexo III da Instrução Normativa (DINORT).
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

6016.2020/0066536-6 - PORTARIA Nº 148, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor Regional de Educação, no uso de suas atribuições conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 29, de 17/10/2019 e do que consta do P.A. 2011-0.173.423-6
CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e no Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:
Art. 1º O NÚCLEO CORAÇÃO MATERNO, CNPJ nº 69.129.880/0001-05, situada na Rua Antônio Pires, 663 – Freguesia do Ó, São Paulo - SP, CEP 02730-000, tem seu credenciamento renovado, nos termos do artigo 18 da INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 29/19, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/ Diretoria Regional de Educação Freguesia/ Brasilândia, concedido por meio da Portaria 18/2011, DOC de 09/08/2011 e renovado pelas Portarias 27/2014, DOC de 07/08/2014 e 34/2017 de 10/08/2017.

Art. 2º O recredenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia emitirá “Certificado de Credenciamento Educacional” que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

- I– não mantidas as condições de credenciamento;
- II– comprovada irregularidade na documentação;
- III– a Organização parceira for denunciada por inadimplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2020/0066536-6 - PORTARIA Nº 149, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor Regional de Educação, no uso de suas atribuições conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 29, de 17/10/2019 e do que consta do P.A. 2011-0.172.906-2

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e no Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:
Art. 1º A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TODOS IRMÃOS- ACTI, CNPJ nº 47.383.864/0001-01, situada na Rua Professora Maria Rodrigues de Lima, 327- Jardim Ana Maria, São Paulo - SP, CEP 02849-010, tem seu credenciamento renovado, nos termos do artigo 18 da INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 29/19, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/ Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, concedido por meio da Portaria 34/2011, DOC de 17/08/2011 e renovado pelas Portarias 51/2014, DOC de 13/08/2014 e 45/2017 de 18/08/2017.

Art. 2º O recredenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia emitirá “Certificado de Credenciamento Educacional” que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

- I– não mantidas as condições de credenciamento;
- II– comprovada irregularidade na documentação;
- III– a Organização parceira for denunciada por inadimplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIRITUBA

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO PIRITUBA/JARAGUÁ

6016.2019/0079021-5
PORTARIA Nº 225, DE 21 DE AGOSTO DE 2020
6016.2019/0073577-0

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Freguesia/ Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/17 alterado pelo Decreto nº 58.916/19 e a Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista o acompanhamento dos servidores em estágio probatório da EMEF RENATO ANTONIO CHECCHIA, PROF.

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a composição da Comissão Especial de Estágio Probatório (CEEP), instituída através da Portaria nº 389/2019:

I - EXCLUIR o servidor Alan Paiva - RF 678.699.5/1
II - INCLUIR na referida comissão a servidora Rosana Aparecida Paterno RF 835.798.6/1

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 389/2019 – DOC de 21/12/2019 – pag. 51.

PORTARIA Nº 226, DE 21 DE AGOSTO DE 2020
6016.2019/0072707-6

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Freguesia/ Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/17 alterado pelo Decreto nº 58.916/19 e a Instrução Normativa SME nº 28/2019,

tendo em vista o acompanhamento dos servidores em estágio probatório da EMEF ROGE FERREIRA, DEP.

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a composição da Comissão Especial de Estágio Probatório (CEEP), instituída através da Portaria nº 171/2019:

- I - EXCLUIR a servidora Lilian Rodrigues de Moura - RF 744.383.8/1
- II - INCLUIR na referida comissão o servidor André Luis de Freitas Bastos - RF 728.312.1/2

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 171/2019 – DOC de 31/10/2019 – pag. 55.

SEI 6016.2019/0049428-4
PORTARIA Nº 218, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI GENTE INOCENTE, sediado na Av. Agenor Couto de Magalhães, 1.751, Jardim Regina, 05174-000, mantido por ASSOCIAÇÃO FUTURO E CIDADANIA, CNPJ 09.543.923/0001-64, autorizado pela Portaria nº 210, de 15/08/2020, SEI 6016.2019/0049428-4.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SEI 6016.2020/0033260-0
PORTARIA Nº 217, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI JARDIM IRIS, sediado na Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 2.200, Jardim Iris, 05145-000, mantido por AGES – ASSOCIAÇÃO CIVIL GAUDIUM ET SPES, CNPJ 50.059.070/0001-93, autorizado pela Portaria nº 206, de 15/08/2020, SEI 6016.2020/0033260-0.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS
6016.2020/0070913-4 – EMEI PROFESSORA HELENA DE PAULA MARIN – A vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº72/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I Laudo de Vistoria do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens irrecuperáveis

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS

SEI: 6016.2019/0069406-2
PORTARIA Nº 278, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação da Diretoria de Educação de São Mateus, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da CEEP, constituída pela Portaria nº 285/19, de 03/12/2019, publicado no DOC de 04/12/2019, página 61, referente a EMEI DOUTOR ADALBERTO PANZAN,

RESOLVE:
ART. 1º EXCLUIR, da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Luciene Santos Pereira Giovannini	791.870.4/1	Assistente de Diretor de Escola
-----------------------------------	-------------	---------------------------------

ART. 2º INCLUIR, na Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Aline Macedo Lima Cois	791.623.0/1	Assistente de Diretor de Escola
------------------------	-------------	---------------------------------

ART. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 285/19.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SÃO MATEUS
SEI: 6016.2019/0069998-6
PORTARIA Nº 279, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação da Diretoria de Educação de São Mateus, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da CEEP, constituída pela Portaria nº 255/19, de 03/12/2019, publicado no DOC de 04/12/2019, página 60, referente ao CEU CEI ROSA DA CHINA,

RESOLVE:
ART. 1º EXCLUIR, da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Izildinha Aparecida de Medeiros Ferrer	771.076.3/1	Coordenador Pedagógico
--	-------------	------------------------

ART. 2º INCLUIR, na Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Daniela Morroni	749.437.8/1	Coordenador Pedagógico
-----------------	-------------	------------------------

ART. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 255/19.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SÃO MATEUS
SEI: 6016.2019/0080703-7
PORTARIA Nº 280 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação da Diretoria de Educação de São Mateus, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da CEEP, constituída pela Portaria nº 340/19, de 03/12/2019, publicado no DOC de 04/12/2019, página 63, referente a EMEI JOSE CLEMENTE PEREIRA,

RESOLVE:
ART. 1º EXCLUIR, da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Sandra Pereira Saggio	772.903.1/1	Coordenador Pedagógico
-----------------------	-------------	------------------------

ART. 2º INCLUIR, na Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, o seguinte servidor:

Sueli Aparecida Hypollito	591.212.1/2	Professora De Educação Infantil E Ensino Fundamental I
---------------------------	-------------	--

ART. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 340/19.

SEI: 6016.2019/0069998-6
PORTARIA Nº 281, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor Regional de Educação da Diretoria de Educação de São Mateus, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros Relatores, constituída pela Portaria nº 38/20, de 13/01/2020, publicada no DOC de 16/01/2020, pag. 29, referente ao CEU CEI ROSA DA CHINA,

RESOLVE:
ART. 1º INCLUIR, na relatoria de Irma Hilda Pereira da Silva754.498.7/1, os seguintes servidores:

Érica Santos da Costa	849.248.4/1	19/07/2018
Joice Botelho Silva	848.546.1/1	29/03/2018
Cibele de Oliveira Gomes	815.349.3/2	18/05/2018
Juliane Costa Pereira	825.575.0/2	28/03/2018
Debora Sedreira Escudero	840.374.1/1	22/05/2017
Patrícia Santiago Silva Conde	851.308.2/1	21/08/2018
Sandra Pinheiro da Silva	849.258.1/1	24/08/2018

ART. 2º INCLUIR, na relatoria de Daniela Morroni749.437.8/1, o seguinte servidor:

Camila Aguiola Oliveira Andrade	839.392.3/1	17/04/2017
Meire Damo Fornazieri	841.415.7/1	11/07/2017
Márcia Cardoso da Cruz	844.454.4/1	14/11/2017
Fabiana Vitalino de Oliveira	836.205.0/2	20/07/2018
José Cicero Oliveira Santos	849.223.9/1	01/08/2018
Suzana Reberte de Araujo	851.282.5/1	23/08/2018
Lucimeire Silvestre da Silva	840.674.0/2	20/08/2018
Enaide Pinto Silva	849.286.7/1	28/08/2018
Edmilisan Josefa Sobral Oliveira	844.853.1/1	01/12/2017
Debora Aparecida Tossato Pereira	879.639.4/1	17/03/2020
Andreia da Conceição de Jesus Correa	849.265.4/1	23/08/2018

ART. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 38/20.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA JURIDICA

6019.2020/0002298-4

1. À vista dos elementos constantes do presente, especialmente da informação proferida por SEME/DGPAP (032297764) e o parecer da Assessoria Jurídica (032340648), considerando o estabelecido na Lei Municipal nº 14.469/2007, no Decreto Municipal nº 52.830/2011 e na Portaria nº 10/SMG/2018, diante da competência delegada pela Portaria nº 81/SEME/2013, AUTORIZO a inscrição da entidade INSTITUTO CONHECER BRASIL - CNPJ nº 01.718.634/0001-47, no Cadastro Único de Entidades do Terceiro Setor – CENTS, na categoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 033/SMADS/2020
Aprova o "Plano de Contingência dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto para situação de emergência decorrente da COVID-19" e determina a vigência de suas orientações para a fase de retomada de atividades

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de São Paulo;

CONSIDERANDO o Provimento do Conselho Superior de Magistratura (CSM) nº 2565/2020, que definiu a retomada do cumprimento das medidas socioeducativas a partir de 10 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Provimento do Conselho Superior de Magistratura (CSM) nº 2572/2020, que disciplina a suspensão do cumprimento das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e de semiliberdade;

RESOLVE
Art.1º- Aprovar, na forma do Anexo, o "Plano de Contingência dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante a vigência da situação de emergência", com orientações para o funcionamento dos serviços da tipologia nas fases de suspensão das atividades e de retomada das atividades, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento aos adolescentes e jovens nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia de COVID-19.

Art. 2º - Determinar a aplicação, na forma do Anexo, das orientações concernentes à fase de retomada das atividades do "Plano de Contingência dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante a vigência da situação de emergência".

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO - Plano de Contingência dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto durante a vigência da situação de emergência

I. ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Este documento constitui um instrumento de planejamento com objetivo de subsidiar a reorganização do funcionamento dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Município de São Paulo no contexto da pandemia de COVID-19 em condições de segurança para usuários e trabalhadores.

1.1. O planejamento das atividades aqui proposto divide-se nas fases "Suspensão das Atividades" e "Retomada das Atividades", cuja aplicação está condicionada a provimento judicial.

1.2. Este protocolo segue as orientações da Secretaria Municipal de Saúde ao momento de sua elaboração, devendo ser atualizado regularmente de acordo com a evolução do debate científico e da dinâmica social.

1.3. As medidas de prestação de serviço à comunidade, quando retomadas, devem seguir os protocolos dos locais em que serão realizadas.

2. As orientações previstas nas Notas Técnicas 01/SMADS/2020, 02/SMADS/2020 e 03/SMADS/2020 que não contrariarem expressamente o previsto no presente protocolo seguem aplicáveis, no que couber, aos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

3. Durante o período de emergência decorrente da pandemia de COVID-19, os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto devem seguir as orientações sobre distanciamento social das autoridades de saúde e sanitárias, dentre as quais:

3.1. Manter a distância mínima entre pessoas de 1,5 metros em todos os ambientes, internos e externos, exceto os acompanhantes em relação às pessoas que dependam de acompanhamento ou cuidados especiais ou, ainda, pessoas que convivam entre si (familiares e habitantes de uma mesma residência).

3.2. Sinalizar, por meio de marcação com fita adesiva, as áreas de fluxo de pessoas para evitar aglomerações, e apontar o limite máximo de pessoas de cada ambiente.

3.3. Reorganizar o ambiente de trabalho para atendimento do distanciamento mínimo entre as pessoas, em especial mediante o reposicionamento de mesas, cadeiras e estações de trabalho.

3.4. Reorganizar os assentos das salas de espera e de atividades, sinalizando quais não devem ser utilizados.

3.5. Reorganizar os ambientes de atendimento a fim de assegurar o distanciamento e a ventilação do local, atentando-se para a garantia de sigilo e privacidade caso se opte por atender os usuários em locais abertos como áreas externas, varandas, quintais, etc.

3.6. Limitar o uso de elevadores, mantendo comunicado as orientações quanto a buscar utilizá-lo com o menor número de pessoas possível, evitando a lotação máxima.

3.7. Reorganizar as rotinas e processos de trabalho dos profissionais da unidade, desde que assegurado o funcionamento do serviço segundo as orientações deste protocolo, podendo-se adotar a modalidade de trabalho remoto, nos termos da Nota Técnica nº 03/SMADS/2020, favorecendo-o para as pessoas pertencentes aos grupos de risco.

3.8. As reuniões de equipe presenciais, quando retomadas, devem manter o distanciamento de 1,5m entre os participantes, com revezamento de assentos; disponibilização de álcool gel 70% e restrição ao compartilhamento de objetos entre os participantes.

3.9. Quando retomadas as atividades coletivas, priorizar sua realização em locais arejados, sobretudo nas áreas externas, otimizando a utilização dos espaços ao ar livre do imóvel.

4. Durante o período de emergência decorrente da pandemia de COVID-19, os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto devem seguir as orientações sobre higiene e sanitização para proteção dos usuários, trabalhadores e espaços correspondentes, dentre as quais:

4.1. Os funcionários devem utilizar máscaras em todos os ambientes, e aqueles que realizam atendimento direto ao público devem utilizar máscaras e viseiras faciais.

4.2. Álcool em gel 70% deve ser disponibilizado na entrada do local e em todos os ambientes para uso de trabalhadores e usuários, bem como sabonete líquido e toalhas descartáveis nos banheiros para lavagem das mãos.

4.3. O uso de máscaras para ingresso dos usuários na unidade de atendimento é obrigatório, devendo-se disponibilizá-las para aqueles que não possuem o insumo.

4.4. Sempre que precisar tocar ou trocar objetos com o usuário, o trabalhador deverá, antes e depois, higienizar as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%.

4.5. O fornecimento de água potável deverá se dar mediante disponibilização de copos descartáveis.

4.6. Os ambientes devem ser mantidos arejados e com boa ventilação natural, evitando-se o uso de ar-condicionado.

4.7. Os processos de limpeza e higienização em todos os ambientes devem ser reforçados, atentando-se à desinfecção dos utensílios de convivência (mesas, corrimões, televisão, telefone, maquetes, etc) com álcool líquido 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante indicado para este fim; e promovendo a higienização completa do local de trabalho de pessoa afastada por diagnóstico de COVID-19.

4.8. Todos os objetos prescindíveis e itens de entretenimento que podem ser manuseados pelos usuários, como revistas e jornais, devem ser retirados das áreas de convivência.

4.9. A oferta de alimentação deverá seguir orientações específicas disponibilizadas pela SMADS.

5. Deve-se medir a temperatura corporal dos funcionários e atendidos na entrada da unidade, restringindo o acesso daqueles com temperatura acima de 37,5°C. Neste caso, deve-se informar ao adolescente a necessidade de encaminhamento a uma unidade de saúde, comunicar a(o) responsável para acompanhá-lo e, se necessário, articular o atendimento para avaliação médica.

6. Os serviços devem indicar a ocorrência de membros da equipe com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 nos Formulários de Monitoramento da Rede Socioassistencial, bem como comunicar imediatamente ao CREAS de referência.

6.1. O profissional que apresente sintomas compatíveis com infecção por COVID-19 deve se afastar imediatamente das atividades na unidade até elucidação diagnóstica.

7. Os serviços devem orientar os trabalhadores sobre distanciamento social, etiqueta respiratória (cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogar no lixo, higienizando as mãos imediatamente após; evitar tocar em olhos, nariz e boca, etc.) e uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, devendo divulgar e monitorar a aplicação do Guia de Orientação sobre Procedimento de Atendimento Presencial e Uso de EPIs disponibilizado pela SMADS.

8. Os serviços devem afixar em locais visíveis materiais gráficos disponibilizados pelas autoridades de saúde e pela SMADS com as orientações de cuidados para prevenção da COVID-19, bem como orientações gerais sobre o seu funcionamento.

II. DAS ATIVIDADES DO MSE

9. Na retomada de atividades, os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto mantêm seus horários de funcionamento de 8 horas diárias, podendo manejar suas agendas e seu quadro de recursos humanos a fim de garantir os atendimentos presenciais e remotos.

9.1. O serviço poderá definir janelas de horário para atendimento presencial agendado, desde que haja presença de, no mínimo, 01 técnico durante todo o horário de funcionamento do serviço.

9.2. A duração do atendimento deverá respeitar o tempo necessário para a escuta qualificada das questões apresentadas pelo usuário e para que as intervenções planejadas possam ser efetivadas. É importante, ainda, ter em mente que o período de distanciamento social e de suspensão das medidas podem ter gerado mudanças de rotina com potenciais efeitos sobre o acompanhamento realizado. Tais mudanças devem balizar eventuais discussões do Plano Individual de Atendimento - PIA com o adolescente e sua família.

10. Os adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, a partir da data de retomada das medidas definida em provimento judicial, deverão comparecer à unidade para retorno às atividades, devendo ser atendidos presencialmente a cada 15 (quinze) dias, de forma intercalada com atendimento à distância nas semanas em que não ocorrer o presencial.

10.1. Todos os adolescentes que cumprem a medida de liberdade assistida devem ser atendidos presencialmente em até 30 dias após a retomada do cumprimento da medida definida em provimento judicial, à exceção dos casos previstos no item 11.

10.2. Os serviços, de acordo com a análise técnica, poderão estabelecer prioridades para o agendamento dos atendimentos presenciais, considerando: aqueles adolescentes e jovens que não responderam ao acompanhamento remoto durante a suspensão das medidas; aqueles em que se faz necessária a acolhida inicial para elaboração do PIA; aqueles que apresentam um agravamento na fragilidade de vínculos e vulnerabilidades.

10.3. A acolhida inicial para elaboração do PIA requer atendimento presencial para pactuação deste instrumento entre o adolescente, seu responsável e a equipe técnica. Por outro lado, é dispensável a visita domiciliar para elaboração do PIA neste momento de retomada, a qual pode ser realizada a critério técnico dos profissionais do serviço.

11. Na retomada de atividades, devem ser atendidos remotamente, com imediata comunicação ao Judiciário: (a) adolescentes e jovens que se inserem em grupo de risco; (b) adolescentes e jovens com diagnóstico de COVID-19, respeit